



Tribunal de Contas

Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

CONTROLE INTERNO

NATEL LAUDO DA SILVA

Auditor Público Externo

Assessor Técnico

CONTROLE INTERNO

TÓPICOS:

- **Conceitos**
- **Responsabilização**
- **Responsabilidade e status da UCI**
- **Cargos e pessoal**
- **Atuação do controlador / auditor**



CONTROLE INTERNO

Conceitos:

- Controle interno: compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.



CONTROLE INTERNO

Conceitos:

- Sistema de Controle Interno – SCl: conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, incluindo Administrações Direta e Indireta, compreendendo:
 - a) controle pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento de programas, metas e orçamentos, e observância à legislação e normas;
 - b) controle pelas diversas unidades da estrutura organizacional, quanto ao cumprimento da legislação e normas gerais;



CONTROLE INTERNO

- c) controle efetuado pelos órgãos próprios quanto ao uso e guarda dos bens do município;
- d) controle orçamentário e financeiro realizado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;
- e) controle exercido pela Unidade de Controle Interno – UCI, destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e legais.

Classificação de irregularidade (RN 17/2010):

Controle Interno. Grave. Não instituição do Sistema de Controle Interno mediante lei específica.



CONTROLE INTERNO

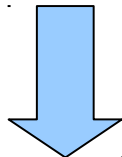
Conceitos:

- Sistemas administrativos: representam a segmentação da administração, considerando suas características específicas, em grandes grupos de atividades, tais como: Controle Interno – Planejamento e Orçamento – Compras, Licitações e Contratos – Tributação – Contabilidade – Gestão Financeira – Recursos Humanos – Saúde – Educação – Transportes, etc.
- Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle: é a coletânea de instruções normativas de cada sistema administrativo, que são documentos que estabelecem normas internas relacionadas aos procedimentos de padronização das atividades e rotinas de trabalho.



CONTROLE INTERNO

**Sistemas administrativos sem normatização
de rotinas e procedimentos**



Como realizar auditorias internas? Como notificar o gestor?
Com que prazo cobrar providências? Quais as
responsabilidades do gestor, do controlador e de outros
agentes?

Classificação de irregularidade (RN 17/2010):

Controle Interno. Grave. Ausência de normatização das rotinas internas e procedimentos de controle dos sistemas administrativos que compõem o SCl.



CONTROLE INTERNO

Conceitos:

- Unidade de Controle Interno – UCI: representa o órgão central que coordena o conjunto de atividades de controle exercidas internamente em toda a estrutura organizacional que perfazem o SCI.
- Responsabilidades básicas da UCI: promover o funcionamento do SCI; exercer controles essenciais; avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno, por meio de atividades de auditoria interna, mediante metodologia e programação próprias; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



CONTROLE INTERNO

Conceitos:

- Unidades Executoras do SCl: diversas unidades da estrutura organizacional, que exercem atividades de controle interno inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.
- Responsabilidades das Unidades Executoras: exercer controle para observância à legislação, salvaguarda do patrimônio e eficiência operacional; controlar, em sua competência, o cumprimento ao PPA, LDO e LOA; avaliar a execução de contratos, convênios e congêneres afetos ao sistema administrativo; comunicar irregularidade ou ilegalidade à UCI, sob pena de responsabilidade solidária.



CONTROLE INTERNO

Responsabilização:

“A existência do responsável legal ou unidade de controle interno, formalmente constituída, não exime nenhum dirigente ou servidor da observância das normas constitucionais e legais aplicadas à administração pública”
(Guia de Implantação do SCI).

Individualização na aplicação de sanção



RN 17/2010: previsão de individualização na aplicação de multas para cada uma das irregularidades gravíssimas, graves e moderadas (art. 4º, § 1º, c/c art. 6º, § 1º).

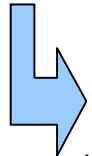


CONTROLE INTERNO

Classificação de irregularidades (RN 17/2010):

Controle Interno. A Classificar.

Ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos.



Individualização da irregularidade, que pode ser atribuída ao gestor, UCI ou agente de sistema administrativo específico

Controle Interno. A Classificar.

Descumprimento das normas de rotinas internas e procedimentos de controle dos sistemas administrativos (normas específicas do órgão/entidade).



CONTROLE INTERNO

Responsabilidade ➡ independência ➡ status da UCI

“Diante do grau de responsabilidade da unidade central do Sistema de Controle Interno e da amplitude das atividades a serem desenvolvidas, cabe ao gestor assegurar a independência de atuação e os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao bom desempenho da função”.

*“A Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, e a Câmara Municipal ficam autorizados a organizar a sua respectiva Unidade de Controle Interno, com o status de Secretaria, vinculada diretamente ao respectivo Chefe do Poder ou Órgão, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, que atuará como Órgão Central do Sistema de Controle Interno”. **(Guia do SCI)**.*



CONTROLE INTERNO

Classificação de irregularidades (RN 17/2010):

Controle Interno. A Classificar.

Ausência e/ou inadequação de recursos humanos, materiais e/ou infraestrutura física para o desenvolvimento das atividades da UCI (art. 4º, RN 33/2012).

Controle Interno. A Classificar.

Ausência de vinculação direta da Unidade Central de Controle Interno ao dirigente máximo do órgão/entidade (art. 1º, RN 05/2013).



CONTROLE INTERNO

Cargos e pessoal:

- 1) Os cargos da UCI devem ser preenchidos por concurso público (RC 24/2008).
- 2) As atividades de controle interno demandam conhecimento, qualificação técnica adequada, postura independente, responsável e identificada com a natureza da função, sendo razoável a exigência de formação de nível superior para o provimento do cargo (RC 13/2012).
- 3) A quantidade de servidores da UCI dependerá da realidade e da estrutura de cada Poder ou órgão.



CONTROLE INTERNO

Cargos e pessoal:

- 4) Havendo equipe de servidores na UCI é razoável que um deles seja designado chefe ou coordenador.
- 5) Até a realização do concurso para controlador/auditor interno é possível o recrutamento de servidor do quadro de pessoal efetivo que reúna as qualificações para o exercício da função (RC 24/2008).



CONTROLE INTERNO

Classificação de irregularidades (RN 17/2010):

Controle Interno. A classificar.

Ausência de cargo de controlador interno na estrutura do órgão/entidade.

Controle Interno. A classificar.

Não preenchimento de cargos de controladores internos por meio de concurso público.

Controle Interno. A classificar.

Responsável pela UCI não pertencente ao quadro efetivo do órgão/entidade (art. 1º, RN 05/2013).



CONTROLE INTERNO

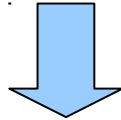
Atuação do controlador/auditor

- 1) No caso de sonegação de processos, documentos, acesso a sistemas informatizados e informações, não obtendo êxito em notificação, o responsável pelo controle interno deve representar a irregularidade ao TCE;
- 2) Realizar auditorias internas com base em um PAAI;
- 3) Adotar providências quando constatar irregularidades e ilegalidades na gestão;
- 4) Acompanhar as determinações e recomendações expedidas pelo TCE em suas decisões, para verificação de seu devido cumprimento;



CONTROLE INTERNO

5) Auxiliar o controle externo, emitindo pareceres de controle sobre processos específicos exigidos pelo TCE-MT;



“Parecer” anual de contas de governo; “parecer” parcial de contas de gestão, consolidado a cada envio; concurso público, seletivo público e seletivo simplificado; atos de admissão; aposentadoria, pensão, reforma, reserva e revisões

6) Em regra, não participar de comissões de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar, Tomada de Contas Especial e de trabalho.



CONTROLE INTERNO

Classificação de Irregularidades (RN 17/2010):

Controle Interno. Grave. *Omissão do responsável pela UCI em comunicar/notificar o gestor competente diante de irregularidades/ilegalidades constatadas.*

Controle Interno. Gravíssima. *Omissão do responsável pela UCI em representar ao TCE sobre as irregularidades/ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário, não reparados, integralmente, por meio de medidas adotadas pela administração.*

Controle Interno. Grave. *Não observância do princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.*



CONTROLE INTERNO

Material de estudo:

1. Guia do SCI;
2. Consolidação de Entendimentos Técnicos;
3. Perguntas Frequentes e Respostas aos Fiscalizados.





Tribunal de Contas

Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

“Tudo posso n'Aquele que me fortalece!” (Fp 5.13)

NATEL LAUDO DA SILVA

Auditor Público Externo

Assessor Técnico

consultoria_tecnica@tce.mt.gov.br

(65) 3613-7554